



## Igreja vai responder às comemorações socialistas do 5 de Outubro ...

2008-04-03 22:17

As intenções do PS em legislar no sentido de acabar com o divórcio litigioso agudizaram as tensões já existentes entre as estruturas da Igreja e o poder socialista, relacionadas com a despenalização do aborto, os atrasos na regulamentação da Concordata, o processo de laicização dos hospitais e a possibilidade de na próxima legislatura o PS poder querer legalizar o casamento dos homossexuais. Esta semana, D. Jorge Ortiga, conhecido por ter posições mais reactivas quando os interesses da Igreja estão ameaçados, foi reconduzido como presidente da Conferência Episcopal Portuguesa para o triénio 2008-2011. Na intervenção que fez na Assembleia Plenária da CEP, D. Jorge Ortiga fez jus à ideia que se tem dele. O presidente da CEP denunciou o ateísmo militante do Estado e anunciou que a Igreja vai "delinear um programa para recordar a implantação da República", não para celebrar o centenário mas para lembrar as perseguições que foram feitas a muitos membros da Igreja depois da revolução do 5 de Outubro.

As intenções do PS em legislar no sentido de acabar com o divórcio litigioso agudizaram as tensões já existentes entre as estruturas da Igreja e o poder socialista, relacionadas com a despenalização do aborto, os atrasos na regulamentação da Concordata, o processo de laicização dos hospitais, a possibilidade de na próxima legislatura o PS poder querer legalizar o casamento dos homossexuais. Esta semana, D. Jorge Ortiga, conhecido por ter posições mais reactivas quando os interesses da Igreja estão ameaçados, foi reconduzido como presidente da Conferência Episcopal Portuguesa para o triénio 2008-2011. Na intervenção que fez na Assembleia Plenária da CEP, D. Jorge Ortiga denunciou o ateísmo militante do Estado e anunciou que a Igreja vai "delinear um programa para recordar a implantação da República", não para celebrar o centenário mas para lembrar as perseguições que foram feitas a muitos membros da Igreja depois da revolução do 5 de Outubro. As palavras de D. Jorge Ortiga foram, textualmente, estas: "Iremos delinear um programa para recordar a implantação da República. Não nos preparando para celebrar um centenário, queremos evocar para reconhecer que os acontecimentos adversos suscitaram coerência e fidelidade. Importante foi o testemunho que classifico de comunitário, ou seja, de interpretação conjunta duma resposta de todos e de cada um perante uma nova situação. Ninguém ignora as dificuldades que os Bispos Portugueses tiveram para redigir uma Carta Colectiva e da aventura audaz que diversos sacerdotes atravessaram, indo contra as proibições, de a ler e de explicar aos seus fiéis. Recorde-se que com o regime republicano saído do 5 de Outubro muitos padres foram perseguidos e alguns chegaram a perder a vida. O Estado deixou de atribuir à Igreja quaisquer subvenções, muitos



## SEMANÁRIO

03-04-2008

<http://www.semanario.pt/index.php>

bens da Igreja

foram confiscados e a liberdade de culto foi reprimida ou restringida. Refira-se, também, que quem preside às comemorações do centenário da República é, como se sabe, Vital Moreira, um homem com profundas convicções laicas, que, nos últimos meses não escondeu, em vários artigos de opinião publicados, as suas ideias de desmantelamento de algumas prerrogativas e privilégios que a Igreja Católica continua a ter em Portugal, artigos que desagradaram profundamente à hierarquia da Igreja. O risco de esta guerra à volta das comemorações do 5 de Outubro alastrar para uma guerra ainda mais intensa entre a Igreja e o governo socialista nos próximos meses, não é de excluir. Sobretudo, se o fim do divórcio litigioso for mesmo para a frente.

A possibilidade de, nos próximos actos eleitorais, a ocorrerem em 2009, a Igreja ter uma posição crítica mais activa contra as medidas levadas a cabo pelo PS não é de excluir. A ser assim, a Igreja portuguesa poderia ter uma atitude de afrontamento semelhante à que a Igreja espanhola teve com algumas medidas laicas aplicadas pelo governo de Jose Luis Zapatero. Há quem refira, porém, que não é seguro que a Igreja portuguesa se saia bem desta guerra. A escalada dos socialistas em relação a algumas medidas socialmente mais polémicas e fracturantes, que a Igreja vê com desagrado, pode, aliás, ser premeditada. Já se viu, em muitos outros domínios, que os socialistas não fazem nada por acaso. Ora, Sócrates certamente que esteve atento ao processo espanhol, em que a Igreja protestou mas não conseguiu impôr as suas posições. Zapatero nem sequer foi penalizado, como se viu com a sua vitória de há um mês sobre o popular Mariano Rajoy, que bem tentou colar-se às posições da Igreja. À semelhança de Portugal, também a Espanha tem perdido influência junto da sociedade civil, o que pode ter sido fatal na guerra com o PSOE. Não é, certamente, por acaso que na sua intervenção na Assembleia Plenária da CEP, D. Jorge Ortiga falou da necessidade de os cristãos se mostrarem mais activos: "Os cristãos portugueses devem, por isso, manifestar que nunca abdicarão, em princípios e acções, dos seus direitos e das responsabilidades inerentes que derivam da simples cidadania. Daí que os cristãos, como exigência da fé, devem acordar para uma maior responsabilidade sócio-política e, neste contexto de post-modernidade, afirmar a sua capacidade de intervenção, não tendo medo de congregar ideias, suscitar iniciativas e delinear uma cultura" Em notas a esta parte da sua intervenção, D. Jorge Ortiga é ainda mais esclarecedor. Por um lado quando cita João Paulo II. Escreve o arcebispo de Braga: "O Papa João Paulo II na Christifideles laici é muito claro: 'os fiéis leigos não podem de modo nenhum abdicar da participação na " política", ou seja, na múltipla e variada acção económica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum' (n. 42). Por outro lado quando refere: "Acordando desta apatia nunca nos resignaremos a uma simples declaração de princípios mas reconhecemos que urge uma preparação adequada para responder aos novos desafios que nos esperam. (" A Igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas também não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Deve inserir-se nela pela vida da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre



## SEMANÁRIO

03-04-2008

<http://www.semanario.pt/index.php>

requer

afirmar-se nem prosperar. A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, o empenhar-se pela justiça trabalhando para a abertura de inteligência e da vontade às exigências do bem" Cf. nº 28 - Deus Caritas Est.)"

renúncias também, não poderá

No entanto, no seio da própria Conferência Episcopal esta linha mais dura de D. Jorge Ortiga parece gerar divisões. O reconduzido presidente da CEP só foi eleito ao segundo escrutínio, tendo recebido apenas 16 votos num universo de 29 eleitores. Mesmo assim, o novo presidente do CEP pode ter recebido o voto de alguns bispos habitualmente com posições mais moderadas mas que acham, cada vez mais, que o governo de José Sócrates está a ir longe de mais e que é preciso uma reacção firme da Igreja para tentar ainda evitar o pior. Até um homem da Igreja com posições mais moderadas como D. Carlos Azevedo não esconde o seu desgrado por muitas medidas deste governo. O secretário da CEP criticou esta semana a intenção de acabar com o divórcio litigioso, falando, em entrevista ao "Público" de "uma postura de afrontamento" e de "ataque" por parte dos socialistas, chegando a sugerir ao primeiro-ministro que controle as suas hostes. "Há forças dentro do Governo que têm uma postura de ataque à Igreja Católica e penso que falta, da parte do primeiro-ministro, uma vigilância coordenadora de actos e medidas avulsas que ferem e atingem quem anda há muito a servir a população", disse D. Carlos Azevedo. |